

O CADC e o Instituto Justiça e Paz⁽¹⁾

José Manuel Cardoso da Costa

1969-1970

Como talvez o recordem alguns condiscípulos e quase condiscípulos meus e outros contemporâneos e companheiros de Universidade, que vejo nesta sessão, eu não fui «ceadecista»! Por que, não o tendo sido, estou aqui, já o irão compreender adiante.

Mas, se não fui formalmente sócio do CADC - e não sou portanto um «sócio antigo» - isso não significa que não tenha frequentado intensamente a casa e que não tenha inclusivamente participado, discreta e modestamente, em alguma da sua actividade institucional - já que, ao menos, membro fui, durante algum tempo, de uma das Conferências de S.Vicente de Paulo que aí tinham a sua sede. Mau vicentino, porém, e seguramente fugaz... - solicitado, e para ser mais sincero, seduzido que entretanto fui por outro tipo de actividades académicas, em que acabei por me envolver completamente.

Dessa frequência do CADC, para além da rica convivência e dos laços de camaradagem e solidariedade aí também forjados, e de actividades de carácter mais propriamente espiritual que acabavam por se estender largamente a toda a Academia, lembro, especialmente, as muitas «sessões de estudo» em que participei e algumas inolvidáveis conferências a que assisti e me marcaram profundamente.

Devo muito, portanto, ao CADC! E, como eu, muitos outros, ao longo de gerações - muitos outros que, não tendo sido associados efectivos da Instituição, todavia nela encontraram, enquanto estudantes da Universidade de Coimbra, um pólo fundamental para a sua formação humana, para a sua formação espiritual e para a sua formação cultural e social. Poderia falar aqui, por isso, em nome de todos esses - e em nome de todos eles deixar aqui este testemunho de reconhecimento.

⁽¹⁾ Texto revisto e corrigido para publicação, com um ou outro limitado acrescento, a partir da gravação da intervenção oral e dos tópicos que lhe serviram de base. Publica-se, como anexo, um “apontamento” cronológico. Este artigo foi publicado em “*Actas do congresso - O CADC na Vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa*”, 17-18 de março de 2001, Coimbra, 2001, pp.197-207.

Ao agradecer à Comissão Organizadora a honra de ter-me convidado a usar da palavra neste Congresso, quero, por isso, agradecer-lhe, desde logo, a oportunidade que assim me deu para exprimir esse reconhecimento - que era a primeira e indeclinável palavra que eu não podia deixar de dizer neste momento!

O tema que me cumpre versar tem por epígrafe *O CADC e o Instituto Justiça e Paz* - e o que se me pede é que recorde os factos e as circunstâncias em que ocorreu a interrupção da actividade do CADC e a transição para o Instituto que hoje se encontra naquela que foi a sua sede e recebeu e tem agora a tarefa de promover a pastoral universitária no meio de Coimbra.

Será isso, pois, o que procurarei fazer, cingindo-me aos factos e à sua cronologia, e não me alargando, ou até omitindo, o seu comentário ou apreciação. Pareceu-me este o caminho que devia seguir nesta intervenção - o caminho que, por um lado, preservava a objectividade de quem, como eu, foi também interveniente nesse processo; mas o caminho, por outro lado, que era indispensável percorrer para conhecer (e muitos haverá aqui que o não conhecem), situar e compreender o que então, nesse final da década de 60 e início da década de 70, se passou. Na descrição sucinta, pois, que me proponho fazer, seguirei os tópicos que fiz distribuir, com a síntese cronológica que nela comecei por traçar, e onde compendiei os pontos essenciais a recordar:

I. *A crise do CADC no final dos anos sessenta.* Ora, o primeiro desses pontos - aquele por onde não podia deixar de começar - é o facto incontornável da profunda situação de crise em que o CADC se encontrava no final dos anos 60.

Essa situação de crise foi condicionada, desde logo, por factores gerais e nacionais, tanto de ordem social geral, como de ordem eclesial: que marcaram essa época, e a que se impunha, naturalmente, deixar aqui uma, ainda que só muito breve, alusão. Vou dispensar-me, porém, de fazê-lo, porquanto, ao longo de várias intervenções desta tarde e, em particular, na do Prof. Sousa Franco, já foram amplamente evocados os dados mais característicos e condicionantes da realidade sociopolítica e económica portuguesa e da realidade eclesial desses anos. Sobre, em geral, a mudança de mentalidades, aspirações e comportamentos, sobre a emergência dos anseios e preocupações, em que tudo isso se traduziu na nossa sociedade, bem como sobre as perplexidades e dificuldades que não deixaram igualmente de atingir a Igreja - na sequência, o que não deixa de ter o sabor de um paradoxo, dessa hora providencial, promissora de esperança e de renovação, que foi o Concílio Vaticano III! - não insistirei, portanto.

Ater-me-ei, pois, aos factores locais, próximos e imediatos, da crise, mas que não deixaram de ser o reflexo dessas condicionantes gerais, as quais naturalmente se repercutiram nos mais diversos sectores e ambientes, umas vezes de forma positiva, outras negativa.

Essa repercussão foi-se verificando de uma forma cada vez mais acentuada no ambiente académico coimbrão, e encontrou as suas expressões agudas nas sucessivas crises académicas que ao longo da década de 60 aí foram ocorrendo, até terem o seu clímax na crise académica de 1969. E é justamente então, por ocasião e no seguimento desta crise académica de 1969, que a crise do CADC vem a manifestar-se mais visível e notoriamente e a atingir o seu ponto também mais agudo e radical.

Sublinharia, fundamentalmente, dois pontos, que, a um tempo, e nesse contexto, explicam e revelam, a meu ver, essa crise.

O primeiro - e refiro-o unicamente como um dado ou um facto, sem o acompanhar de qualquer juízo valorativo sobre quem quer (pessoa ou grupo) que seja - tem a ver com a completa modificação e inversão do clima de relações humanas que as sucessivas crises académicas, e em particular a última, tiveram como sequela. O Dr. Barbosa de Melo, no princípio desta tarde, recordou e acentuou o «pluralismo» do CADC do seu tempo (que foi o meu), como uma característica essencial da Instituição; e eu próprio - dir-se-ia que generalizando a todo o ambiente académico essa observação - já uma vez caracterizei a academia coimbrã desse tempo (dos anos 50 ou, pelo menos, da segunda metade da década) dizendo que *Coimbra era então uma grande escola de convívio cívico*: uma grande escola de convívio cívico, justamente porque, no ambiente académico, as divergências mundividenciais, religiosas, ideológicas ou políticas eram naturalmente reconhecidas e assumidas (não deixando de ter, de resto, o lugar próprio para a sua expressão), não impediam a convivência e a solidariedade, não demarcavam necessariamente os círculos das relações pessoais, e antes se traduziam num generalizado e real clima de respeito, de lealdade e de «tolerância», no sentido positivo que esta palavra comporta. Ora, uma consequência, que poderia dizer dramática, mas foi certamente das mais penosas, das crises académicas residiu justamente na quebra ou perda radical, no meio universitário, deste sentido de convívio cívico plural e «tolerante», ou mesmo da sua possibilidade: em lugar dele acentuaram-se os antagonismos, cavaram-se profundas divisões, emergiram radicais extremismos, fecharam-se os «grupos», separaram-se as pessoas.

A par disso - e é o segundo aspecto que creio importante destacar - passaram naturalmente a imperar no meio universitário, e a dominá-lo por inteiro, os interesses e preocupações

imediatamente ligados aos movimentos académicos, às suas causas e condicionantes, aos seus objectivos e às suas vicissitudes. Era, como se pode compreender, o imediatismo da participação (ou contra-participação) nesses movimentos que solicitava e atraía os membros da academia - e tudo isso tinha, já se vê, uma marca política e ideológica profundamente vincada.

Neste contexto, é claro que a participação em instituições como o CADC, orientadas por valores de outra ordem, e vocacionadas, seja para objectivos transcendendo de certo modo o imediato, seja para a vivência deste num outro «espírito», em que se procurasse encontrar e fazer prevalecer, apesar de tudo, algo de comum, tomava-se extremamente difícil. Daí à crise foi um passo.

E a crise foi encontrando a sua mais visível e acabada expressão na progressiva diminuição do número dos associados, até se chegar à sua completa rarefacção. Ficou um reduzido número; e, mesmo entre esses, a breve trecho surgiram divisões mais ou menos surdas, ou mais ou menos abertas, e dificuldades sérias. Era manifesta a perda de projecção do CADC no meio académico e óbvia a grande dificuldade em que se encontrava de prosseguir os seus fins eclesiais.

II. A reunião da Assembleia Geral de Abril de 1970 e Comissão subsequentemente designada.
É assim que se chega à assembleia geral de 21 de Abril de 1970 - sendo Presidente da Direcção o Dr. Augusto Roseira, então estudante da Faculdade de Letras, que está aqui connosco -, assembleia essa convocada para se debruçar sobre a «situação do organismo» e as «perspectivas futuras» do mesmo.

Nessa reunião a assembleia deu-se conta de não haver sequer associados em número suficiente para preencher os vários cargos para os órgãos dirigentes e deliberou, em consequência, suspender a correspondente eleição para o ano lectivo de 1970/71. Mas não só isso: porque se estava assim perante uma situação que punha em causa a própria viabilidade do prosseguimento da actividade do CADC e da realização dos seus fins estatutários, a assembleia geral deliberou ainda solicitar ao Prelado da Diocese que nomeasse uma Comissão para analisar a situação e estudar as medidas que se mostrassem adequadas para a sua superação - havendo logo delegado no presidente da Direcção, no assistente eclesiástico e num grupo de associados a escolha das pessoas a propor para integrarem tal Comissão.

Era então Bispo de Coimbra D. Frei Francisco Rendeiro, o qual, acolhendo prontamente a solicitação que lhe fora feita, ainda em Abril ou logo no início de Maio designa a pretendida

Comissão, com a composição que lhe fora apresentada, confiando-lhe o mandato preciso de estudar a situação do CADC e a sua eventual reforma.

Importa sublinhar, portanto, que se tratou de uma Comissão cuja iniciativa partiu do próprio CADC - assumida formalmente numa deliberação da sua Assembleia Geral - e que subsequentemente recebeu o referido mandato do Bispo diocesano.

Integraram a Comissão o presidente da Direcção e mais três associados do CADC, o assistente eclesiástico do organismo, Dr. José Oliveira Branco, o assistente eclesiástico da JUCF, Pe. Idalino Simões, o assistente eclesiástico da Junta Diocesana da Acção Católica e Director do Centro de Estudos Teológicos, Dr. José Antunes, e, além destes membros, quatro outros leigos, já não estudantes mas ligados, de uma forma ou de outra, à Universidade, e à intervenção laical nesse meio, ou à Acção Católica: foram eles a Dra. Zulmira Alves, que havia sido presidente diocesana da JUCF, o Dr. António Barbosa de Melo, antigo presidente, e o Dr. José Alberto Pinto Mendes, sócio antigo do CADC, e eu próprio - e eis a razão por que me encontro aqui agora! - na qualidade específica e institucional, que era a minha na época, de presidente da Junta Diocesana da Acção Católica.

A Comissão trabalhou ao longo dos meses de Verão e Outono do ano de 1970, contando inicialmente com a participação activa de todos os seus membros. Mas pode dizer-se que logo a curto prazo, reflectindo sobre a natureza da situação que tinha diante de si e lhe cumpria analisar, e respectivas causas e condicionantes, se lhe pôs uma interrogação básica e fundamental: tal era a de saber se a superação dessa situação podia passar por uma simples reforma interna do CADC ou exigia um passo mais radical, implicando a adopção de um outro modelo institucional de testemunho da Igreja no mundo universitário, isto é, de organização da pastoral universitária.

Este foi um debate que prendeu a Comissão durante bastante tempo, até que, não sem custo e sem pesar, ela veio a convir na conclusão de que as circunstâncias impunham, na verdade, esse segundo caminho, e que só ele, naquela hora, se apresentava como viável para superar a profunda crise em que o CADC tinha caído e as dificuldades com que aquela acção pastoral se defrontava. Foi - repito - uma conclusão «dolorosa», mas reunindo um alargado consenso: creio, de facto, não estar a «falsear a história», se disser que, na sua ideia essencial, se tratou de uma conclusão generalizadamente compartilhada pelos membros da Comissão, nomeadamente os estudantes, sócios do CADC, que a integravam.

Firmada esta conclusão, entendeu a Comissão que o mandato que tinha recebido lhe impunha, em consciência, que prosseguisse o seu trabalho em consonância com aquela, não só precisando e justificando a ideia a que havia chegado, mas procurando inclusivamente dar-lhe forma: nisso justamente se ocupou durante os meses que referi.

Aconteceu, porém, que, por razões várias (nomeadamente, o início da época de exames, as férias de Verão, e mesmo a saída de Coimbra de algum dos seus membros estudantes, ou então razões de ordem pessoal), a participação de boa parte dos membros da Comissão nos trabalhos desta começou progressivamente a rarear, de modo que o funcionamento efectivo dela acabou confinado aos três assistentes eclesiásticos e a três dos leigos «seniores» (por assim dizer) que a integravam: os Drs. Barbosa de Melo e Pinto Mendes e eu próprio. Foi este reduzido grupo de membros da Comissão que concluiu os trabalhos e os apresentou ao Prelado da Diocese e aos sócios do CADC (de quem haviam recebido a incumbência), no dia 7 de Novembro de 1970. Fizeram-no na forma de um «Relatório e Projecto», em que se dá conta e sublinha que aí estava o resultado de uma reflexão comum e de um consenso básico a que se havia inicialmente chegado; mas, para que tudo ficasse claro, intencional e expressamente intitularam esse documento (de que cada um guardou também um exemplar autógrafa ...) de *Relatório e Projecto apresentados por alguns membros da Comissão constituída nos termos da resolução da Assembleia Geral do CADC de 21 de Abril de 1970*.

III. *O Relatório da Comissão e o Projecto de Bases do Instituto «Iustitia et Pax»*. No «Relatório» regista-se a análise a que a Comissão procedeu e o resultado, já referido, a que chegara. É assim que nesse documento se concebe a criação de um Instituto diocesano que - e cito - «constituísse um centro cristão de acolhimento e convívio no seio da comunidade universitária, Instituto em que se enquadraria a acção até [então] desenvolvida pelo CADC e pela JUCF e onde seria integrado o Centro de Estudos Teológicos». Abandonava-se, portanto, o modelo jurídico «associativo» (que se afigurava ultrapassado pelas circunstâncias), tradicional do CADC, para em seu lugar surgir uma organização de modelo ou de índole «fundacional», que haveria de ser da iniciativa e ficar na última responsabilidade do Ordinário diocesano.

Mas, de todo o modo, procurava-se que nesse modelo não se perdesse (volto a citar) «tudo quanto houvesse a salvaguardar da experiência do CADC» - nomeadamente o espaço para as iniciativas autónomas de grupos universitários que viessem a constituir-se ou pudessem subsistir e a sua participação adequada, bem como dos colaboradores de todos os organismos inseridos no Instituto, no planeamento da sua actividade e mesmo na sua gestão.

Entre estes organismos, entretanto, sobressaía o «Centro de Estudos Teológicos», criado em 1967 ainda pelo Arcebispo D. Ernesto Sena de Oliveira. O «Centro», animado pelo grande empenhamento eclesial do Dr. José Antunes, a breve trecho se tomou numa realidade fecunda e vivíssima da Igreja de Coimbra, com os seus cursos regulares e outras iniciativas, assegurados por nomes dos mais relevantes da reflexão teológica ou da cultura eclesiástica portuguesa (por ele passaram Celestino Pires, Roque Cabral, Raimundo de Oliveira, José Mattoso, Manuel Paulo, Urbano Duarte...) e participados por um número muito significativo de auditores, não apenas religiosos, mas sobretudo leigos, com destaque para os do meio ou de formação universitária. Era, pois, já mais do que uma esperança, uma promissora realidade - uma realidade institucional que «abria novas perspectivas de acção» e que havia, por isso, que aproveitar também na criação do novo Instituto, combinando-a com o que devia preservar-se da experiência ceadecista.

Foi o modelo institucional assim concebido e gizado que a Comissão (ou, mais precisamente, o que restava dela) vasou num «Projecto» de «bases fundamentais», de «carácter essencialmente programático», do novo Instituto - mas não sem antes haver submetido uma sua primeira versão, ou anteprojecto, a um considerável número de estudantes (militantes da JUC e sócios do CADC), a vários sócios antigos e antigos assistentes eclesiásticos do CADC e a outros intelectuais cristãos, cujas críticas e sugestões puderam, assim, ser consideradas.

Se nesse Projecto se procurar uma ideia orientadora central, ela encontra-se logo na sua Base I, e é a de que o Instituto havia de constituir «um serviço da Igreja de Coimbra especialmente dedicado aos estudantes, graduados e professores da Universidade». Um serviço da Igreja - da Igreja diocesana -, portanto, com tudo o que nessa perspectiva vai de disponibilidade e acolhimento.

A fonte inspiradora é nítida e situa-se no espírito e na doutrina do Concílio Vaticano II e, em particular, da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo. Nesse inolvidável documento - recorde-se o seu «Proémio» - a Igreja, em Concílio, oferece-se à Humanidade, perspectiva-se e posta-se como «um serviço à Humanidade». Ora, são esse espírito e essa ideia que se reflectem - e até com recurso a formulações da própria *Gaudium et Spes* - na concepção do Instituto: o que pretendia é que ele fosse a expressão institucional do serviço da Igreja, da Igreja de Coimbra, à Universidade.

Por outro lado, também a denominação escolhida - Instituto *Iustitia et Pax* (exactamente assim, tomando a expressão latina) - não foi casual mas antes intencionalmente simbólica: correspondia precisamente à da Comissão (a Comissão *Iustitia et Pax*) instituída junto dos órgãos

centrais da Igreja em resposta ao voto conciliar de uma expressão concreta da preocupação daquela pelo homem, a que deve corresponder «o anúncio e o testemunho de uma salvação integral». Mas, se era assim, não deixava de ir na denominação sugerida uma ressonância ainda - uma ressonância *aggiornata* - do espírito, das preocupações e objectivos que já se exprimiam na própria e antiga denominação do CADC, de um centro académico de «democracia cristã».

Eis, no essencial, como nasceu, como se desenvolveu e como se formalizou a ideia da criação de uma nova instituição da Igreja, para preencher o vazio originado pela crise do CADC.

IV. *Ecos e reacções*. Entretanto, sendo conhecida esta crise e os desenvolvimentos a que vinha dando lugar (e que acabei de descrever), não deixaram uma e outros de suscitar em muitas pessoas - nomeadamente sócios antigos do CADC - perplexidades, dúvidas e inquietações, e mesmo reacções negativas, perante aquilo que se julgava em preparação ou em curso, ou seja, a «extinção» pura e simples ou o «desvirtuamento» da Instituição. Não há que ocultar o facto, nem o clima emotivo em que esses sentimentos se exprimiram.

Foi isso que esteve na origem da convocação de uma Assembleia Plenária do CADC, para discutir uma «proposta de extinção» do organismo (creio que se tinha em vista assim o «relatório e projecto» a que me referi antes) e eventualmente outras propostas para a sua reforma.

Tal assembleia reuniu em 6 de Fevereiro de 1971. Não sendo «sócio antigo», não estive nela presente. Mas na mesma não deixou de participar um membro, pelo menos, da Comissão que elaborara o questionado «projecto» - o Dr. António Barbosa de Melo - o qual, obviamente, pôde esclarecer a assembleia, com fidelidade, sobre o que esteve na origem e na base da Comissão, assumiam no íntegra as conclusões a que a sua reflexão os havia conduzido, tendo consciência do «sacrifício» ou «preço» que, a serem adoptadas, viriam a implicar – o que tinham realizado, todavia, era simplesmente um *estudo*, e não imediata ou directamente uma «proposta» de decisão, feita a quem cumpria, em último termo, tomá-la, arcando com a inerente responsabilidade.

Pela razão que mencionei, não estou em condições de dar testemunho directo sobre o modo como decorreu a assembleia plenária a que agora me reporto. O que de essencial importa referir aqui, porém, é que ela deliberou nomear uma outra Comissão para a reforma do CADC, integrada por quatro sócios antigos – o nosso sempre lembrado Professor Doutor

Guilherme Braga da Cruz, os Professores Doutor Ferrand de Almeida e o Doutor Renato Pereira Coelho e o Desembargador Dr. José Marques Cruz Almeida – e dois estudantes universitários católicos, a designar.

Em face desta deliberação, o Prelado diocesano (ainda D. Francisco Rendeiro, mas já então gravemente doente), decidiu aguardar pelo trabalho da nova Comissão, para, de posse também desse elemento, decidir oportunamente «o que parecer mais conveniente às necessidades actuais da pastoral no meio universitário». E entretanto, mantinha em funções a Comissão de Gestão do CADC, nomeada em julho de 1971, na sequência da não realização das eleições para 1970/71 e da renúncia do anterior presidente da Direcção. Tudo isto pode ler-se na «Nota da Secretaria Episcopal de Coimbra», de 9 de Fevereiro de 1971, publicada no *Correio de Coimbra* de 11 do mesmo mês.

Ignoro por completo o que se passou com a nova Comissão designada pela Assembleia plenária do CADC; não sei mesmo se chegou efectivamente a constituir-se e a reunir. Facto é que, até ao início do novo ano lectivo, de 1971/72, não havia notícia de qualquer resultado dos seus eventuais trabalhos.

V.A criação do Instituto «*Iustitia et Pax*». A verdade, contudo, é que a situação urgia: urgia refazer de alguma maneira a organização da pastoral universitária, a qual não podia continuar no estado de indefinição, letargia e paralisação a que havia chegado. Não era possível esperar mais tempo!

E é esta situação de urgência e necessidade que leva a que – encontrando-se Coimbra na situação de *sede vacante*, desde Maio de 1971, em consequência do falecimento de D. Francisco Rendeiro - o Vigário Capitular da Diocese, D. Alberto Cosme do Amaral, venha, ele próprio, a tomar a decisão de criar o «*Instituto Iustitia et Pax*», segundo as linhas gerais de orientação do «Projecto» que a Comissão de que fiz parte apresentara um ano antes - único elemento de que dispunha.

Fê-lo, porém, «a título de experiência», e adaptando-se apenas, das normas ou «Bases» do dito Projecto, aquelas «que não impliquem com a vida do CADC»: assim expressamente consta da detalhada «Nota da Secretaria Episcopal de Coimbra», de 28 de Outubro de 1971, em que se anuncia a decisão do Vigário Capitular; nota essa que foi publicada no *Correio de Coimbra*, da mesma data.

Significa isto - e vou terminar - que houve o cuidado de criar novo Instituto sem afectar a autonomia associativa do CADC. Para a necessidade de sempre, em último termo, se respeitar esta autonomia, não haviam deixado de advertir, de resto, os leigos que integraram o grupo redactor do «Relatório e Projecto» (quanto aos assistentes eclesiásticos, não lhes cumpria tomarem posição sobre a matéria), ao formularem, em anexo ao texto, uma declaração expressa no sentido de que entendiam que uma qualquer decisão *definitiva*, de utilização das «bases» (que apresentavam) da nova Instituição, implicando a *extinção* do CADC, não haveria de ser tomada sem uma prévia deliberação da Assembleia Plenária deste último.

Eis como o *Instituto Justiça e Paz* (hoje - pena minha! -«deslatinizado» na sua denominação), foi criado por decreto do Vigário Capitular de Coimbra de 21 de Novembro de 1971 (festa de Cristo Rei), a que logo se seguiu a nomeação da sua primeira Comissão Instaladora, como noticia o *Correio de Coimbra*, de 2 de Dezembro desse ano; e eis como, passados já praticamente trinta anos de fecunda actividade, aí está, fundado a «título de experiência»!... Eis como ele «sucedeu» ao CADC, sem que este, por sua vez, deixasse de subsistir juridicamente até hoje!

ANEXO

Apontamento cronológico

- | | | |
|-------------|----------|--|
| 1969 | - Abril | - Início da crise académica. |
| | - Agosto | - Texto de reflexão dos responsáveis e assistentes do CADC, JUCF e CET (Centro de Estudos Teológicos), «Sobre os Cristãos na Universidade». |
| 1970 | - Abril | - Assembleia Geral do CADC, em que se deliberou suspender o acto eleitoral dos órgãos dirigentes para 1970/71 e solicitar ao Prelado da Diocese a designação de uma Comissão, para estudar a situação do organismo e a sua eventual reforma. |
| | - | - Nomeação pelo Bispo de Coimbra, D. Frei Francisco Rendeiro, da Comissão referida, com a composição que lhe foi proposta. |
| | - Maio | - Início dos trabalhos da Comissão. |
| | - Julho | - Pedido de cessação de funções do presidente da Direcção, Augusto Duarte Roseira, e designação, pelo Prelado diocesano, de uma «Comissão de gestão» do CADC. |

- **Novembro** - Termo dos trabalhos da Comissão de estudo, com a redacção, por seis dos seus membros, para serem apresentados ao Prelado da Diocese e aos sócios do CADC, de um «Relatório e Projecto», contendo as «Bases Fundamentais do Instituto Universitário *Iustitia et Pax* de Coimbra».
- 1971 - **Fevereiro** - Assembleia Plenária do CADC, a qual nomeou outra comissão para a reforma do organismo, composta por 4 sócios antigos e 2 estudantes católicos a designar.
 - Divulgação de uma «Nota da Secretaria Episcopal de Coimbra sobre o CADC» e publicação, no «Correio de Coimbra», do texto integral do Relatório e Projecto» supramencionados.
- **Outubro** - Anúncio, no «Correio de Coimbra», da criação, pelo Vigário Capitular de Coimbra, D. Alberto Cosme do Amaral, do «Instituto Universitário *Iustitia et Pax*» - criação essa expressamente dita «a título de experiência» e adoptando-se, como «linhas gerais para a organização e actividade do novo Instituto», as normas constantes do referido Projecto «que não impliquem com a vida do CADC».
- **Novembro** - Decreto da criação do Instituto, no dia da festa de Cristo Rei (21 de Novembro). Nomeação da Comissão Instaladora do Instituto, constituída pelos Dr. Francisco Assis Ferreira de Faria, professor na Faculdade de Letras, e Dr. José Bernardo Azeredo Keating, assistente da Faculdade de Medicina, e pelos estudantes Fernando Bento Alves, de Direito, Maria Augusta Domingues Amado Mateus, de Ciências, Maria das Dores Formosinho Simões, de Letras, e Adriano Correia Dias, de Direito.
- **Dezembro** - Nova Assembleia Plenária do CADC.